

tematização, infelizmente somente hoje tomei conhecimento.

O SR. CONSTITUINTE — Nunca é tarde para colaborar.

O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO — É uma grande satisfação estar aqui. O que está me preocupando, lendo o anteprojeto do Constituinte José Fogaça, é conceder-se ao Executivo mais poderes do que já possui. Infelizmente, talvez, a Constituinte seja de novo influenciada pelo momento de crise em que estamos vivendo. Já tivemos experiências, no passado, semelhantes a esta, na tentativa de sair do presidencialismo para o parlamentarismo. Vimos essa mudança ser feita em função de uma crise econômica. Parece-me que de novo estamos sendo influenciados pelo momento: uma crise que está atingindo diferentes setores da vida nacional e está perturbando até mesmo o estado de espírito dos dirigentes da Nação. Em função disso e em função até do estado psicológico do primeiro mandatário da Nação, os projetos que estão sendo trabalhados, ou que pelo menos estão surgindo, estão sofrendo a marca, a influência desse momento. Isto não é positivo para o trabalho da Constituinte e nos preocupa muito. Devemos ter um cuidado muito grande com o que diz o próprio Constituinte José Fogaça na sua introdução, de que não estamos agindo ou querendo construir mudanças para um momento, mas sim com a visão da permanência, do futuro do País. Mas, se nos deixamos levar pela crise do momento, vamos trabalhar de novo muito mais em função da conjuntura, do momento, do que racionalmente com a perspectiva e preocupação, que é de todos, da permanência, da construção de um Estado brasileiro estável e com possibilidade de realmente se definir e se afirmar para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de confirmar que teremos amanhã, às 10 horas, reunião com a Subcomissão do Poder Executivo. Espero que seja lá. Em seguida, a partir de segunda-feira, começaremos a discutir e a votar, às 10 horas da manhã, as emendas apresentadas ao projeto do Relator.

O SR. CONSTITUINTE — Mas amanhã de tarde haverá outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Não. Amanhã à tarde não haverá reunião. Haverá somente a reunião da manhã, para que possamos ter tempo de nos preparar. A partir de agora só haverá reunião às segundas-feiras.

Concedo a palavra ao nosso 1.º-Vice-Presidente.

O SR. CONSTITUINTE RUBEM BRANQUINHO — Gostaria de pedir a consideração dos companheiros desta Subcomissão no sentido de que seja analisada uma emenda que estou apresentando. Já a apresentei na forma de proposta e não apareceu em nenhum dos relatórios. Estou agora apresentando em forma de emenda e gostaria de pedir apoio para uma questão que considero relativamente séria. Na emenda proponho que o Presidente da República, caso prevaleça o sistema presidencialista, os governadores de Estado e os prefeitos tomem posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à sua eleição.

O SR. CONSTITUINTE — Mas isso está aí.

O SR. CONSTITUINTE RUBEM BRANQUINHO — Então me desculpe.

O SR. CONSTITUINTE — Considerando o dia quinze de novembro como o dia da eleição.

O SR. CONSTITUINTE RUBEM BRANQUINHO — O que acontece é que quando o governador toma posse no dia quinze de março, encontra o Orçamento todo compro-

metido. Passei por essa experiência como Secretário de Estado e sei que é terrível.

O SR. CONSTITUINTE — É bom mudar e, ao invés de colocar quarenta e seis dias após a eleição, colocar como data primeiro de janeiro.

O SR. CONSTITUINTE RUBEM BRANQUINHO — Estou apresentando a emenda porque quarenta e seis dias após a eleição significa encontrar o Orçamento comprometido, a não ser que a eleição mude de data. Esta é uma questão séria. Isto evitaria muitos problemas no primeiro ano de Governo. Era só esta a colocação que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bocayuva Cunha) — Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião. Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIAS DAS INSTITUIÇÕES

4.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e dois minutos, na sala da Comissão de Relações Exteriores do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, sob a Presidência do Constituinte Israel Pinheiro Filho, com a presença dos Senhores Constituintes Arnaldo Moraes, Francisco Sales, José Melo, Luiz Soyer, Robson Marinho, Rospide Netto, Waldyr Pugliesi, Luiz Marques, Airton Cordeiro, Francisco Rossi, Paulo Delgado e Geraldo Alckmin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, sendo lida e aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente lembra ao Plenário da necessidade de que seja estabelecida a pauta para os expositores. O Senhor Constituinte, Arnaldo Moraes, sugere que a Subcomissão ouça a opinião de todos os Partidos Políticos, sobre os temas a serem debatidos. Havendo necessidade de comparecer à audiência já marcada, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Relator, Constituinte Francisco Rossi, que assumira a Presidência em virtude de ausência do Vice. O Senhor Constituinte, Robson Marinho, propõe que a pauta deva ser livre aos Presidentes dos Partidos Políticos, principalmente para que se possa conhecer ou mesmo sentir as aspirações das agremiações partidárias, e, em seguida, solicita a suspensão da reunião. O Senhor Presidente, ouvido o plenário, suspende a sessão por dez minutos. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente põe em votação que a pauta, para os conferencistas, seja aberta sobre os assuntos específicos da Subcomissão sendo aprovada pela maioria, com o voto contrário do Senhor Constituinte Arnaldo Moraes. O Senhor Constituinte, Airton Cordeiro, comunica ao Presidente e ao Plenário as presenças dos Senhores Deputados Estaduais Rafael Greca e José Alves, do Paraná, em visita à Assembléia Nacional Constituinte; apresenta, ainda, sugestão da inelegibilidade para os detentores de mandato executivo. O Senhor Constituinte Luiz Soyer, sugere que a Presidência solicite informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre dilatação dos prazos. Os Senhores Constituintes, Airton Cordeiro e Paulo Delgado, sugerem que toda a matéria específica e as sugestões apresentadas sejam submetidas ao Plenário para votação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, às onze horas e vinte e quatro minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada dia vinte e oito de abril, às nove horas e trinta minutos, com a se-

guinte pauta: audiência com os Presidentes dos Partidos Políticos PMDB, PDC, PC do B e PDT. E, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Há número regimental, declaro aberta a reunião.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata.

(É lida a ata da reunião anterior.)

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Em discussão. (Pausa.)

O SR. ARNALDO MORAES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Moraes.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Tenho a impressão de que houve um equívoco da Ata, ou dessa pauta que foi distribu'ida, porque aqui se refere aos Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná, Amazonas e Ceará, e aí consta como Pará. Como Pará e Amazonas estão muito juntos, acho que houve um engano.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Houve um engano da Ata.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Também gostaria de solicitar a V. Ex.^a que mandasse incluir a colocação do Dr. Otávio Mendonça, que V. Ex.^a autorizou agora, para que o secretário possa anotar.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Sr. Secretário, peço para incluir na lista, como jurista, o professor Otávio Mendonça.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. constituintes que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vou trazer ao conhecimento da Casa, um telegrama do nosso Presidente Ulysses Guimarães:

Telegrama

Constituinte Israel Pinheiro — Presidente Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos

Brasília/DF(70160)

Informo prazo apresentação sugestões pelos constituintes terminará dia 6 de maio vg possibilitando democrático oferecimento valiosa contribuição para exame e decisão das comissões e subcomissões para elaboração da Constituição pt esclareço também que as subcomissões e comissões poderão se reunir em caráter extraordinário a partir das 17 horas vg às terças vg quartas e quintas-feiras vg uma vez se integram no debate da matéria constitucional e que o regimento prescreve também no plenário da Constituinte pt Rogo sejam as decisões levadas ao conhecimento dos dignos integrantes dessa comissão

Disponha do admirador agradecido vg

Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente Assembleia Nacional Constituinte

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Houve um esquecimento na última reunião e até consta da ata: é

que nós temos que debater sobre a pauta para ser apresentada aos expositores. Este assunto deve ser prioritário, hoje, para levar ao conhecimento dos presidentes dos partidos qual a pauta dos nossos trabalhos.

Como eu tenho uma audiência agora, com o Senhor Presidente da República, passo a presidência dos trabalhos, já que não se encontra aqui nenhum dos vice-presidentes, ao nosso Relator, Constituinte Francisco Rossi. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Conforme o Presidente Israel Pinheiro informou, por um lapso ontem esquecemos de estabelecer a pauta para os conferencistas. Nós não temos aqui o número regimental, por enquanto, mas creio que nós poderíamos estabelecer esta pauta, começando pela primeira reunião com os presidentes do PMDB, PDC, PC do B e PDT. E, aí por diante, eu deixo com os colegas a palavra.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Apenas para registro, porque a reunião está sendo gravada os que vão falar gostaria que declinassem seus nomes.

Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Tenho a impressão de que vai haver duas reuniões, com os presidentes de partidos; às 9 horas e 30 minutos, com o PMDB, PDC, PC do B e PDT, e audiência com o PFL, PT, PTB e PCB.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — No dia seguinte...

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Não, no mesmo dia; no outro, os demais. Tenho a impressão que a nossa Subcomissão deve procurar obter a média da opinião dos partidos todos sobre a mesma pauta. Acho que não deveríamos perguntar a alguns sobre determinados assuntos e outros, mas ver o que eles pretendem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Deixaríamos em aberto...

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — É a minha idéia. Os assuntos que nós vamos tratar: partidos políticos, eleições, enfim, toda a nossa pauta, seria debatida com todos, porque não se pode fazer com todos os partidos de uma vez, tem que dividir. Assim, minha proposta é no sentido de que tudo seja tratado com todos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Em se tratando de partido político, creio que nós poderemos deixar até a pauta livre e, talvez, partirmos para assuntos mais específicos com os juristas e com os cientistas políticos. Estão todos de acordo com essa proposta do Constituinte Arnaldo Moraes?

O SR. CONSTITUINTE ROSPIDE NETTO — Eu não sei. Tenho impressão de que ficaria muito vago, porque pode ocorrer de os presidentes dos partidos e seus representantes virem aqui e falar em doutrina partidária, etc. que, no caso, não nos interessa. O que nos interessa são coisas mais objetivas e, entre elas, a quantidade de partidos, a formação de partidos, quais são as exigências legais, etc. Nós temos que partir para isso aí. Eu não sei é muito difícil, até esclarecermos uma pauta dos presidentes dos partidos, mas alguns pontos principais nós temos que ter vista, porque senão eles vão vir falar em doutrina — e doutrina dos partidos nós sabemos.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Aquiescência da presidência. Eu entendo exatamente o seguinte: que a pauta deve ser livre para os presidentes dos partidos, mas nós vamos procurar conhecer quais são os pleitos dos representantes partidários em termos de modificações da legislação eleitoral, do processo eleitoral, do processo de organização partidária, das exigências para a Constituição e funcionamento dos Partidos Políticos, etc., exatamente quais são as aspirações das agremiações partidárias, para que sejam por nós analisadas para, posteriormente, introduzirmos proposta de modificação na legislação atual, na elaboração da nova Constituição.

Eu entendo que tenha que ser livre. Agora, o que nós devemos fazer é selecionarmos uma série de assuntos ou de indagações específicas que, se não abordadas pelo expositor no período de sua exposição, seriam frutos de perguntas de nossa parte, para obtermos a explicação e o posicionamento da agremiação. Pode acontecer como o nobre constituinte colocou, de o presidente vir falar sobre o aspecto doutrinário. Tudo bem! No momento do debate, nós direcionaremos as perguntas. Aí, sim, eu entendo que cabe fazermos uma análise para vermos os pontos de dúvidas da atual legislação que deveriam ser alterados ou se deveria haver avanços na futura Constituição e, aí, sim, termos uma pauta preparada de indagações que, se respondidas durante a exposição, nós já teríamos a opinião daquele representante, se não abordadas, formularíamos a pergunta. Devemos fazer essa relação de perguntas, embora não saiba se conseguiremos isso durante o funcionamento de uma reunião, pois talvez isso fosse um estudo que tivesse que ser feito de maneira mais informal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu aduziria que talvez nós pudéssemos, no contato que iremos estabelecer com os presidentes dos partidos — vou tratar de manter contato com o presidente do meu partido — encaminhar a eles, por ocasião da formulação do convite, algumas sugestões. Por exemplo, o presidente do meu partido não viria aqui apenas para falar sobre questão doutrinária, mas falar das reivindicações do meu partido. Tenho sido procurado por representantes de pequenos partidos, inclusive aqui na Casa, muito preocupados com a situação desses pequenos partidos. É muito oportuna a observação e acho que talvez nós pudéssemos encaminhar o convite dessa forma.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Aquiescência da presidência.) O convite vai ser pura e simplesmente formal, através de um ofício, ou será feito um contato pelo presidente da Subcomissão ou por alguém delegado por ele? Porque é neste contato pessoal — entendo eu — que se vai poder colocar essas questões para que o presidente do partido aqui compareça para falar sobre os pontos dos quais devamos conhecer as opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — O contato — é uma opinião pessoal minha — deverá ser feito pelos representantes dos partidos que têm assento aqui na Subcomissão e, quando não, a Secretaria faria esse contato telefônico, e depois formularia o convite. É dessa forma que nós estamos conduzindo os convites para esta Subcomissão. Acho que não há nenhum problema na forma.

O SR. ROBSON MARINHO — A questão é porque nós temos aqui na Subcomissão no máximo representantes de 5 partidos políticos, quando há um total de 12 presidentes ou representantes partidários que serão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu já me propus a manter contato com dois partidos que não têm assento aqui; nós vamos achar a maneira mais apropriada de proceder, mas creio que seria essa a melhor forma.

Uma outra questão que foi levantada aqui, foi a da nossa presença no Serpro, talvez fosse oportuno que viesse um representante do Serpro aqui. Nós discutimos e aprovamos, mas o Presidente insistiu para que voltássemos a discutir a possibilidade de convidarmos um representante do Serpro para vir aqui, e não nós nos deslocarmos até lá.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ MARQUES — Sr. Presidente, um dos motivos da decisão tomada, de visita ao Serpro, foi primeiro para conhecermos a proposta de votação e de apuração eletrônica que a Diretoria do Serpro possui. Acho oportuna a nossa ida até a entidade porque teríamos oportunidade melhor de visualizar, inclusive, a operação ou a operacionalização dessa proposta, através dos computadores.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Desejosos de ter à sua disposição o Sistema de Processamentos de Dados do Prodasen, nós convocamos o Presidente do Prodasen, e ele fez uma exposição para nós. Mas, da exposição, nós sentimos a necessidade de nos deslocarmos até lá, exatamente para conhecermos melhor a sistemática de trabalho do Prodasen. E, em operação, tivemos ocasião de tirarmos muitas dúvidas, de forma que eu defendi essa corrente de que seria mais produtivo que fôssemos até o Serpro do que trazer o Presidente do Serpro até aqui através de um convite. Esta é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Está aberta a discussão. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ MARQUES — É também a minha opinião. Agora, o Secretário saberia dos motivos que levaram o Presidente a suscitar essa questão?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Também fiquei em dúvida. Estava discutindo com o Presidente se seria mais proveitosa a nossa ida ao Serpro ou se o Serpro pudesse vir até aqui porque, na realidade, excluindo-se esse problema da visualização a que se refere o Constituinte Robson Marinho nós simplesmente estaríamos diante de máquinas, ouvindo uma exposição técnica. Acho que se fazendo um painel aqui, a compreensão seria praticamente a mesma.

Um outro argumento para recebê-los aqui, é no sentido de que já é difícil ter um número de Constituintes razoável nas reuniões das subcomissões. E, se saímos daqui para ir ao Serpro, duvido que possam ir mais de meia dúzia. Assim, parece-me que se viessem fazer aqui um painel e explicar tecnicamente uma coisa e outra, com mapas, gráficos etc. não haveria prejuízo. Não vejo muita diferença entre irmos lá ou eles vierem aqui. Acho que para o funcionamento para se registrarem as perguntas e as dúvidas, aqui seria muito melhor, pois ficaria tudo gravado, dando assim melhores condições de trabalho à própria subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu gostaria de ouvir a opinião dos meus colegas. Está aqui já na pauta e só colocaremos em votação na hipótese de outros Srs. Constituintes levantarem a mesma dúvida do colega Waldyr Pugliesi.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Sr. Presidente, sou favorável a que se cumpra o que ficou resolvido. De fato, a visita ao Serpro tenho a impressão de que será interessante para quem nunca viu. Quando fizermos a pergunta se é possível fazer a votação, através do processo eletrônico, ele poderá mostrar, inclusive, um aparelho que possa orientar melhor esta subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Penso, então, que permanece como fora aprovada na pauta. Temos, agora, que definir a pauta dos conferencistas, pois vamos convidar o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e dos TRE do Paraná, Amazonas e Ceará.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Aqui escusa da Presidência.) Eu proporia a V. Ex.^a a suspensão dos nossos trabalhos, para que esta conversa pudesse processar-se de maneira informal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Todos estão de acordo? (Pausa.)

Vamos abrir aqui um espaço de 10 minutos, para que possamos definir, fora da reunião, essa pauta. Está suspensa a reunião.

(Suspense-se a reunião, por 10 minutos, às 10 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Está reaberta a reunião.

Com relação à pauta dos conferencistas, apenas para constar nos registros da subcomissão, eu gostaria de colher a sugestão que foi expendida já aqui pelo Constituinte Robson Marinho.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sr. Presidente, o posicionamento a nível do Plenário é no sentido de que a pauta deva ficar aberta no convite a todos os conferencistas. Por outro lado, de que devamos não fazer uma visita ao Serpro, mas sim convidar seu Presidente para que compareça a uma das reuniões da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Estão todos de acordo? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Eu não entendi assim. Por que uma pauta muito ampla, com todos os assuntos? Pode chegar aqui um conferencista e falar sobre o regime presidencialista ou o regime parlamentarista, que não é diretamente da nossa competência. Então, eu achava, como na primeira reunião em que estive aqui, em que o Presidente estabeleceu eleições para Presidente, eleições diretas; coincidência ou incoincidência; fidelidade partidária, enfim, esses pontos que deveriam ser enviados para eles virem falar mais ou menos dentro disso. Acho que se nós formos fazer uma pauta muito ampla, podemos vir até a perder algum tempo aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu havia entendido que, em princípio, nós concordáramos em que ficaria em aberto, porque condicionarmos o convidado a falar sobre determinado assunto causaria um certo constrangimento, talvez, ao mesmo. Todos nós temos que partir do pressuposto de que todos eles, usando até o bom senso, virão aqui não para falar sobre aspectos doutrinários, partidos políticos ou sistema eleitoral e, nós teríamos oportunidade até de enviarmos aos conferencistas as nossas questões, as nossas perguntas. Foi esse o nosso entendimento.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Tenho receio de que um conferencista de alto gabarito e de alta responsabilidade, apesar de todos eles serem familiarizados naturalmente com as matérias todas, precisariam ter uma relação dos assuntos, para fazerem uma revisão, para darem uma olhada no assunto para poderem vir expô-lo aqui. Eles chegam meio aéreos — chegam aqui e perguntam sobre tal assunto... Se eles tivessem sido avisados...

Por isso acredito que deveríamos dizer todos os assuntos que a subcomissão trata, e cada um dos conferencistas escolheria conforme sua preferência.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Eu concordo com S. Ex.^a de que nós devamos mandar para os presidentes de partidos os temas que a subcomissão considera essencial, para fundamentar a discussão do que ela pretende encaminhar como proposta de emenda constitucional nesse tema de Partido/eleição. Se nós não enviarmos aos presidentes de partido e aos partidos políticos aquilo que a nossa Subcomissão quer que os partidos discutam aqui, ou que dêem prioridade na visão do partido, nós poderemos ter na verdade painéis sobre a concepção que o partido tem da política nacional, poderemos cair numa discussão inadequada para os trabalhos da nossa subcomissão. Penso que devemos enviar a todos os presidentes de partidos o que à subcomissão interesse ouvir dos partidos, a sua posição sobre o voto, o eleitor, quem é o eleitor brasileiro, quem é elegível, quem é inelegível, quais as condições de ilegitimidade; ouvir dos partidos políticos qual é a forma que deve funcionar no sistema de apuração nas eleições brasileiras, pois esses são os subsídios que nós precisamos para os partidos.

E, aí, eu concordo com S. Ex.^a que, se fizermos simplesmente o convite como se fosse uma honra — como de fato é, participar de uma audiência em nossa subcomissão — os presidentes poderão sentir-se preparados em qualquer tempo para estar aqui. Eu não acredito que seja essa a questão, não por duvidar da capacidade dos presidentes dos partidos políticos, mas porque é óbvio que o conjunto de tarefas que um presidente de partido faz com que ele não esteja necessariamente preparado para discutir o tema que nós queremos que ele discuta. É fundamental eles saberem em que nós vamos questioná-los, para que inclusive eles possam ter um trabalho na nossa subcomissão, que seja mais aproveitado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Excelência, essa questão já discutimos no início da nossa reunião, e ficou decidido que nos contatos pessoais que faríamos com os presidentes, embora não constasse do convite oficial que vai ser formulado pela subcomissão, formularíamos sugestões aos presidentes sobre as questões a serem discutidas aqui na subcomissão. No início da reunião nós já havíamos conversado sobre isso.

O SR. CONSTITUINTE ROSPIDE NETTO — Sr. Presidente, apenas para exatamente colaborar no sentido do que diz o colega constituinte do PT, no aspecto de nós talvez enviarmos aos cientistas políticos e aos juristas as nossas principais preocupações, os temas principais que estão suscitando dúvidas ou sobre os quais nós queremos maiores informações, a respeito exatamente aqui no caso: o sistema de governo, do problema eleitoral, o voto proporcional, o voto distrital, aquela história toda. Então, os cientistas políticos poderiam saber que os temas que nos estão preocupando são esses, e, neles, enfocariam as suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Daí nós voltamos ao ponto de partida porque, inclusive, suspendemos por 10 minutos a nossa reunião, para tentarmos elaborar uma pauta dos conferencistas, e voltamos ao ponto inicial.

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, volto a insistir na minha tese de que devamos deixar essa pauta livre para as pessoas que vierem aqui, porque nós é que vamos direcionar os debates. Eles farão uma exposição — parece-me que será assim — e, depois, nós abriremos um debate. Então, sobre sistema eleitoral e partidos políticos, parece-me que existirão variações a respeito do mesmo tema. Não poderemos fugir da realidade que está englobada nesta subcomissão. Todos virão

aqui necessariamente, parece-me, para dizer se são favoráveis ao presidencialismo, ao parlamentarismo, se o eleitor começará a votar aos 16 ou aos 18 anos, como agora, a implantação do voto distrital etc. Acho que nós não fugiremos dos temas que são afins a esta subcomissão. Eu parto do princípio de que eles são entendedores do assunto, senão não haveria razão para que eles viessem aqui. O cientista político deve ser um homem conhecedor dos vários assuntos que compõem esse tema. Então, ele vai, na última hora, formar opinião. Não é necessário — eu acho — que se coloque o seguinte: “Olha, eu lhe faço o convite para falar na subcomissão a respeito do sistema eleitoral e partidos políticos.

E, volto a insistir, os temas serão praticamente todos eles abordados aqui por todos. É só esperar para ver que vai ser assim.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Concordo com o colega, porque o tema geral, o assunto geral é que é o da subcomissão. Acho que se deve deixar livre nós indagarmos a todos sobre todos os assuntos que queiramos discutir, pois estamos convidando pessoas que presumivelmente são especialistas nestas questões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Temos duas questões aqui colocadas e vou submetê-las à votação. Evidentemente que sendo uma das propostas aprovadas, exclui a votação da outra. Vou colocar em votação a proposta do Constituinte Waldyr Pugliesi, de que a pauta fique em aberto. (Pausa.)

A bem da verdade, nós estamos com dificuldades de ordem técnica, que é problema de número. Mas o livro de presença acusa o comparecimento de 13 constituintes.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a proposta do Constituinte Waldyr Pugliesi de que a pauta fique em aberto e que possamos enviar aos conferencistas as nossas questões no momento oportuno, que permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está aprovada a sugestão do Constituinte Waldyr Pugliesi, e nós vamos deixar a pauta em aberto.

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Naturalmente irá constar apenas sobre o sistema eleitoral e os partidos.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Eu estou de acordo com a proposta do Constituinte Waldyr Pugliesi, pois votei favoravelmente. Mas, gostaria apenas de saber se ao conferencista, ao palestrante ou ao expositor que aqui vier será conferido o direito de escolher o tema que gostaria de abordar na reunião da subcomissão? Parece-me que esse direito nós teríamos que conferir a eles, não é?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — É livre. Acho que essa liberdade está implícita ao conferencista.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Uma indagação que eu gostaria de fazer à Presidência é sobre a formulação dos convites para essa reunião do dia 28, que já será na próxima terça-feira. Quero trazer aqui uma preocupação: como o presidente do partido a que eu pertença, o ex-Governador Leonel Brizola, esteve ontem em Brasília, eu levei a ele a informação de que nós havíamos aprovado a presença do PDT no dia 28. E não senti muita segurança de que o ex-Governador possa estar aqui no dia 28. Então, a minha preocupação é quanto ao tempo, para que não façamos reuniões que depois caiam no vazio.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Ontem, quando nós aprovamos essa pauta, pelo que eu entendi, ficou delegado ao Presidente esse poder de eventualmente tentar conciliar o interesse dos presidentes com o nosso interesse. Então, na hipótese de ao presidente do PDT não ser possível estar no dia 28, ele poderia vir no dia seguinte ou, quem sabe, à noite, se não puder estar de manhã.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Mas, a minha preocupação é no sentido de que se torne urgente o convite formal, para que não haja nenhuma incongruência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Ele será feito hoje, impreterivelmente.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Eu gostaria, só para concluir, Sr. Presidente, se me permite os nobres companheiros, de registrar a presença de dois Deputados Estaduais do Paraná, que estão honrando esta Subcomissão com suas presenças: Rafael de Macedo e José Alves, a quem eu me permito saudar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Nós agradecemos e ficamos honrados com a presença dos ilustres Deputados.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, para colaborar. Pelo que eu entendi, ficou decidido que não será necessariamente a presença do Presidente, mas o convite ao Partido e o Presidente designa quem ele achar por bem. Essa também é mais uma elasticidade que se tem nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Certo. É que o convite seria feito aos Presidentes e, na sua impossibilidade, ele designar um representante.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Que ele venha ou designe alguém para falar em nome do Partido?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Exato.

Ontem, nós decidimos que discutiríamos as propostas, as sugestões enviadas à Subcomissão pela Mesa. Consulto aos nobres colegas se nós devemos abrir essa discussão ou se devemos deixá-la para a próxima reunião, até porque o número de Constituintes presentes parece-me que comprometeria essa discussão, se fosse feita já. (Pausa.)

A Mesa encaminhou à Subcomissão as sugestões já encaminhadas à Mesa pelos Constituintes. Então, a Mesa faz essa distribuição das sugestões às Subcomissões. E nós já recebemos um número razoável de sugestões.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Dos Constituintes?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — É. Agora, eu pergunto à Secretaria se há alguma relação dessas sugestões, se são numeradas de forma aleatória?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, eu estou perguntando se de acordo com o Regimento Interno, nós já estaríamos num momento próprio?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Estamos no momento próprio, no momento adequado.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Não seria para as audiências somente, esse período?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Não. Poderíamos já hoje iniciar essas discussões. Só para exemplificar, creio que todos os Constituintes já devem ter recebido uma pasta com essas sugestões. Recebemos, aqui, aproximadamente 28 sugestões.

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, em virtude de ser razoável o número de Cons-

tituintes ausentes, e dos presentes alguns estão dizendo que não receberam essa pasta, parece-me que nós deveríamos deixar para a próxima reunião o início da discussão dessas propostas que foram encaminhadas.

Tenho uma sugestão a fazer, porque me parece que nós deveríamos, por exemplo, na próxima reunião, nos dedicarmos especificamente a tratar de matérias que são praticamente iguais. Tenho várias propostas aqui, por exemplo, que propõem que os cidadãos sejam alistados aos 16 anos. Exemplifico: vamos começar a discutir a proposta do Constituinte "X", que propõe que se vote inicialmente aos 16 anos, e, depois, passamos para a discussão de outro tema que não tem a ver com isso. Então haveria necessidade, por parte da direção da nossa Subcomissão, de um disciplinamento para a discussão dessas matérias. Parece-me que várias propostas, volto a repetir, dizem respeito a esse único assunto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Englobamos todas as propostas, não é?

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Começar por aqui, por exemplo, que é grande o número.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu queria lembrar que nós somente iremos discutir, porque não será objeto de votação por parte da Subcomissão, mas apenas de discussão.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Preocupa-me apenas a questão organizacional dos trabalhos. Nessa discussão, eu não sei se poderão vir diversas opiniões a respeito do mesmo tema, porque às vezes a gente vai discutindo, caminhando para um tema e, depois, chega outra proposição naquele sentido, porém, mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Isso fatalmente vai acontecer, até porque nós temos o prazo de até o dia 6. Então isso deverá acontecer mesmo.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Pode acontecer de nós apoiarmos uma idéia e, depois, chegar outra melhor do que aquela. Também tem esse aspecto. Seria bom que a gente meditasse sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Acho que seria muito importante que a gente começasse a discutir logo sobre essas sugestões, até para que o relator possa colher subsídios, opiniões dos colegas, etc.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu gostaria de passar à Mesa uma proposta que encaminhei ontem à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo inelegibilidade para detentores de mandatos executivos no País. E gostaria, inclusive, de solicitar o apoio dos companheiros que integram esta Subcomissão, considerando o aspecto altamente moralizador dessa proposta, que tem por objetivo os detentores de mandatos executivos: Presidente da República, Governadores estaduais e Prefeitos municipais. A intenção da proposta é impedir que os Governadores, o Presidente, os Prefeitos possam desincompatibilizar-se para uma candidatura imediata, ou ao Senado, à Câmara Federal ou à Assembléia Legislativa. Pretende-se, com essa proposta, criar condições para que o carreirismo político no País seja contido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — O colega fez o encaminhamento ontem à noite.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Passo à Mesa agora, e gostaria que a Secretaria a encaminhasse de pronto aos membros da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação, uma vez que não tenho aqui o nosso Regimento: quando devemos ter-

minar a discussão dos nossos assuntos e encaminhá-los para a Comissão? Como o prazo foi estendido do dia 24/4 para o dia 6/5, acho que recuou mais.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Nós vamos ter aqui exatamente do dia 15 ao dia 19 de maio para a discussão e a apresentação de emendas.

O dia 11 de maio é o prazo que o relator tem para a apresentação do relatório com o anteprojeto. Nós, a rigor, vamos ter debates sobre as sugestões encaminhadas aqui e, em tese, nós teríamos até o dia 10, domingo.

Retifico: no dia 11, vamos ter a apresentação do relatório com o anteprojeto.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sr. Presidente, pela ordem. (Aqui escusa da presidência.)

Nesse novo cronograma em que V. Ex.^{as} estão-se baseando, já está entendida essa prorrogação que houve?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — A prorrogação foi uma liberalidade — eu entendo — da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, mesmo porque não houve deliberação do plenário. Penso que não. Vou até tentar esclarecer, lendo o telegrama que recebemos do Presidente Ulysses Guimarães:

Telegrama

Constituinte Israel Pinheiro — Presidente Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos

Brasília/DF (70160)

Informo prazo apresentação sugestões pelos constituintes terminará dia 6 de maio possibilitando democrático oferecimento valiosa contribuição para exame e decisão das comissões e subcomissões para elaboração da Constituição pt Esclareço também que as subcomissões e comissões poderão se reunir em caráter extraordinário a partir das 17 horas vg às terças vg quartas e quintas-feiras vg uma vez se integram no debate da matéria constitucional e que o regimento prescreve também no plenário da Constituinte pt Rogo sejam as decisões levadas ao conhecimento dos dignos integrantes dessa comissão.

Disponha do admirador agradecido vg Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente Assembléia Nacional Constituinte

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Se o presidente da Constituinte está dizendo que o prazo foi dilatado até o dia 6 de maio, parece-me muito claro que também aquilo que for apresentado no dia 6 terá o prazo necessário para ser estudado e discutido. Porque nós poderemos, na presidência da Constituinte, fazer a entrega até o dia 6 de maio, e deveremos ter, necessariamente, o tempo para estudar propostas. Parece-me que os prazos, necessariamente, serão prorrogados.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Eu entendo que não foram prorrogados esses prazos.

O SR. CONSTITUINTE WALDYR PUGLIESI — Como é que V. Ex.^a vai receber?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Porque, a rigor, nós teríamos mais 4 dias ainda para discutirmos as sugestões que, eventualmente, poderiam chegar até o dia 6. Eu entendo assim, tanto que o fluxograma que fizemos foi em cima do fluxograma oficial da Assembléia Nacional Constituinte. Até porque não temos poderes para inovar. Eu estou encarando o dia 11 como prazo final que o relator tem para apresentar tanto o relatório, quanto o

projeto. Nós teríamos dois dias para publicação dos avulsos, o dia 14 para a distribuição desses avulsos e, depois, teríamos do dia 15 ao dia 19 para discussão e apresentação de emendas pelos membros da Subcomissão. Depois, teríamos mais 72 horas para o parecer final do relator e votação do mesmo. Esse prazo se esgotaria no dia 22, e nós teríamos o dia 25 para o encaminhamento à comissão.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Nós queríamos mais um dado: o presidente da Constituinte declarou recentemente que já admitia a promulgação do texto apenas no mês de dezembro, e já não mais no dia 15 de novembro. Quer-me parecer que, até por uma questão de racionalidade, se houve a dilatação do prazo para a apresentação das emendas ou das propostas em plenário, até o dia 6 de maio, todos os demais prazos foram dilatados automaticamente. Neste caso, nós teríamos que ter um pouco mais de tempo para discutirmos as propostas e não fazermos alguma coisa de afogadilho.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS SOYER — Quero sugerir algo que me parece pode resolver a questão: que a Mesa faça uma consulta à Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, nesse sentido, pois aí poderíamos encerrar essa discussão aqui. Na próxima reunião, a Mesa nos dará uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Nós faremos a consulta mas de antemão, posso assegurar que não houve dilatação. Eu, pessoalmente sou contra qualquer dilatação nos prazos. Quanto mais procrastinarmos as decisões que possam ser tomadas, inclusive nas subcomissões, isso pode vir em detrimento até da nossa boa imagem junto à opinião pública. Pessoalmente, acho que não haverá grande dificuldade, porque a maior preocupação seria do relator, uma vez que essas sugestões não vão ser objeto de votação. Eu não vejo grande dificuldade em que se possa elaborar esse anteprojeto.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, me permita fazer uma intervenção, mais de caráter de trabalho e com um pouquinho mais de profundidade. Eu, sinceramente, não gostaria de participar de uma comissão em que não tivéssemos o direito de votar as propostas que venham a ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Isso já foi aprovado, isso é do Regimento.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Eu compreendo. Mas gostaria de, por uma liberalidade, que o relator ouvisse o pronunciamento da Subcomissão, para que as matérias inseridas no relatório fossem o reflexo do nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Estou eventualmente na presidência dessa Subcomissão, mas a decisão deveria ser tomada pelo presidente titular. Eu, pessoalmente, não vejo nenhuma dificuldade em que se possa mesmo votar, até para aferir a tendência da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer é que nós vamos realmente materializar o que tínhamos que acontecesse com a Constituinte e, especialmente, com a Comissão de Sistematização: nós seríamos meros figurantes. Vamos brincar de fazer Constituição que, de fato, vai ser feita pela Comissão de Sistematização. Confesso que não me sinto bem participando de um trabalho com esse caráter. Então, porque o regimento é omissivo nesta parte, proponho à Mesa que, por uma liberalidade, ouça o plenário, submeta as matérias à votação do plenário para que possamos apresentar propostas que sejam da Comissão, da Subcomissão, e não simplesmente do relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Apenas para avivar a memória de todos nós gostaria de lembrar novamente que vamos ter, do dia 15 ao dia 19, cinco dias para a discussão do relatório com o anteprojeto e a votação das emendas que forem apresentadas pelos membros desta Subcomissão ao anteprojeto. Então, vai haver votação aqui na Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Por que não podemos votar também as propostas que são encaminhadas à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Pessoalmente, acho até que por uma liberalidade do presidente, isso poderia ser feito, até para dar condições ao relator para aferir as tendências da Subcomissão em relação aos diversos temas que serão aqui tratados, para que o relator não elaborasse um anteprojeto que fosse totalmente mudado no momento da votação no prazo dos cinco dias que vamos ter para a apresentação das emendas.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Desculpe-me a insistência, Sr. Presidente, mas considero essa questão de extrema importância para todos nós. Acho que teríamos que ter uma definição muito clara, muito objetiva, porque senão realmente vamos aqui fazer apenas a figuração de pessoas empenhadas em elaborar a Constituição. De que adianta nós recebermos todas as propostas? Vamos lê-las, debatê-las, mas a nossa opinião não será medida.

E como é que se vai fazer a aferição da opinião dos membros da Subcomissão, senão através do voto? Acho que é uma questão relevante que eu inclusive talvez até aborde no plenário da Constituinte, porque senão iremos constatar, na prática, que o grande receio que tínhamos vai acontecer. No caso da nossa Subcomissão, já percebemos a boa vontade de V. Ex.^a em até, fora do regimento, estabelecer aqui o princípio da votação. Mas é uma questão que deve ser colocada em todas as comissões da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Quem terá que decidir essa questão será o presidente, mas creio até que pelo alto espírito democrático que norteia as decisões e as ações do Presidente Israel Pinheiro, não vamos ter grande dificuldade para que as sugestões possam ser objeto de votação.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, eu gostaria de apoiar a proposta do Constituinte do PDT do Paraná e, inclusive, alertar nossa Subcomissão para declarações que o Relator da Comissão de Sistematização vem fazendo à Imprensa de que seu papel é o de um cirurgião plástico, que consiste em tirar "gorduras" do texto constitucional. Nós talvez não tenhamos condições de discutir com o Relator qual será o seu conceito de "gordura".

Da mesma maneira, há declarações do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte de que não via com nenhum espanto a possibilidade e a necessidade de se fazer triagem nas emendas apresentadas ao Plenário para virem às subcomissões, porque entendia que muitas tinham o mesmo significado, que muitas tinham o mesmo sentido. Penso que a proposta do nobre colega do PDT do Paraná pode, através da nossa subcomissão, recuperar o papel de constituinte, que essas declarações que podem ter sido dadas de forma descuidada, deixam transparecer que se quer substituir, na verdade, o papel do constituinte no seu pri-

meio momento da elaboração constitucional, que é o nosso trabalho nas subcomissões.

Então, apoio a proposta e penso que deveríamos fazer gestões ao Presidente da Subcomissão, Constituinte Israel Pinheiro, para que seja definido esse princípio de funcionamento da nossa Subcomissão, ainda que seja somente para aferir o grau de convergência ou de divergência de propostas aqui apresentadas, para que o texto final do Relator seja o mais próximo da pulsação que esta Subcomissão vai apresentar na discussão deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Quería observar, Constituinte Paulo Delgado, que o texto final será não bem próximo, mas expressará, na verdade, a vontade e a tendência definitiva da Subcomissão. Gostaria de lembrar, novamente, que haverá votação das emendas inclusive apresentadas aqui. Então ela não será bem próxima; a redação final do anteprojeto que será encaminhado à Comissão Temática será exatamente a expressão daquilo que pensa a maioria da Subcomissão. E haverá essa votação das emendas.

O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MORAES — Sr. Presidente, peço a palavra. (Aqui escência da Presidência). Tenho a impressão de que é uma perda de tempo, a partir do momento em que a Subcomissão aprecia as propostas feitas e não vota — porque, na realidade, não vai votar. Se o Presidente concordar vai ser já uma liberalidade de S. Ex.^a — e entrega tudo ao Relator. Vamos que o Relator tenha uma idéia contrária à da maioria da subcomissão. S. Ex.^a vai colocar de acordo com a sua idéia para que, nas emendas é que venha a ser colocado o que pensa a maioria. Quer dizer, será de fato uma perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — É. Acho altamente salutar essa nossa discussão, apesar de estarmos aqui em número um tanto quanto restrito, porque eu também, pessoalmente, concordo com essa possibilidade de uma votação, já que vai ser muito difícil que a gente consiga colocar isso no texto do Regimento.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu gostaria de colocar mais um ingrediente na nossa conversa e fazer uma constatação: estamos aqui em sete constituintes de uma subcomissão que deveria contar com a presença de 21. Se não tivermos o peso do nosso voto na definição das matérias, nem mesmo nós teremos o que fazer aqui. Esta é a grande verdade. Então, se o esvaziamento que hoje existe é palpável, ele será muito maior se não tivermos como incluir, através do nosso voto, a posição da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Aqui escência da Presidência).

Entendo que quando o Regimento Interno previu que o Relator sem nenhuma votação preestabelecida, faria seu relatório, evidentemente não dá possibilidade para o Relator se tornar um ditador, em absoluto. Há uma intenção apenas de sistematizar os trabalhos. O Relator evidentemente baseado nas discussões, vai procurar, o máximo possível, retratar a tendência da maioria dos Membros da Subcomissão para racionalizar o trabalho, mas não para ditar ou para nortear a definição — usando até um pleonasmo — definitiva da questão, mas sim com o intuito de sistematizar os trabalhos. Creio que o Relator fará tudo para que o seu relatório tenha o menor número de emendas; vai procurar captar a tendência da maioria dos Membros da Subcomissão. Penso assim, querendo pensar para o bem. Temos no Relator, que é V. Ex.^a, confiança total, porque sabemos que procurará abranger, ao máximo possível, a tendência dominante da Comissão. Há depois, evidentemente, a possibilidade das emendas ao relatório de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Quería complementar o meu pensamento: acho altamente salutar que se discuta esse tema aqui e eu, pessoalmente, como Relator, vou procurar fazer exatamente aquilo que o nobre Constituinte Luiz Soyer acabou de expender. Não sei se esse mesmo pensamento norteia ou vai nortear a conduta dos demais relatores das outras 23 subcomissões. Acho também — e falo apenas como Constituinte e não como Relator — que se o Relator se limitasse única e tão-somente a elaborar um relatório com um anteprojeto que fosse resultado daquilo que fosse ou não aprovado aqui na Subcomissão, não haveria necessidade de apresentar um relatório a Subcomissão. É claro que estou torcendo para que aquilo que eu fizer expresse o pensamento não de unanimidade, mas da unidade da Subcomissão, porque unanimidade não vamos ter mesmo; então, aquilo que pudesse expressar o denominador comum do pensamento da Subcomissão. Mas, é claro que eu também tenho os meus pontos de vista e fico me perguntando, às vezes, se aquilo que eu penso, de repente expressa alguma coisa que eu, eventualmente, possa pensar sobre Sistema Eleitoral e Partidos Políticos — principalmente sobre partidos políticos — aquilo que representa o denominador comum da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE AYRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, desejo fazer uma indagação: o relatório final vai ser submetido a votos na Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Sim, vai ser submetido a votos, na Subcomissão, inclusive com as emendas. Em tese, o anteprojeto do relator pode ser totalmente modificado, porque vamos ter emendas aditivas e supressivas, ou seja, vamos ter possibilidade até de mudar totalmente o relatório, o anteprojeto do relator. Isto vai acontecer e eu tenho que ser franco com os colegas que estão aqui presentes: sou muito liberal na questão dos partidos políticos. Eu sou não só pelo pluripartidarismo, e antecipo aqui que sou muito simpático à tese do multipartidarismo. Acho que democracia se constrói com os Partidos sendo construídos de baixo para cima, e não com imposições como a atual legislação que, realmente, impede o surgimento até dos Partidos políticos e, conseqüentemente, o surgimento de novas lideranças no País. Já conversei muito aqui dentro desta Casa e percebo, de repente, alguns colegas raciocinando em termos pessoais, mudando até pontos de vista que tinham há algum tempo, em razão de um determinado momento da vida política dele, constituinte; e começam a defender pontos de vista de ordem pessoal. Isto me preocupa um pouco.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO SALES — Sr. Presidente, eu gostaria, a título de indagação, de saber se depois de o parecer do relator ser aprovado pela Subcomissão, ele vai à Comissão de Sistematização e, aí, na Comissão de Sistematização...?

SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Não, ele não vai à Comissão de Sistematização. São quatro instâncias que nós temos aqui: na segunda instância, isto vai para a Comissão. Então, nós mesmos vamos voltar a discutir aquilo que nós já discutimos e aprovamos aqui. E alguma coisa até poderá ser modificada porque aí a Comissão é mais ampla e vai contar com a participação dos membros das outras duas Subcomissões que compõem a nossa Comissão temática. Na terceira instância, ele irá para a Comissão de Sistematização e, na quarta, é o Plenário. E ainda haverá a possibilidade de uma quinta instância, que seria o referendo popular para a aprovação da Constituição.

Eu, francamente, acho até que o nosso Regimento é bastante democrático, liberal, e dá muitas oportunidades para que cada constituinte possa lutar para fazer prevalecer o seu ponto de vista, a sua opinião. Eu entendo assim.

Nós temos que conversar com muita franqueza. Acho que só se vive uma vez. A oportunidade que nós temos de tentar fazer alguma coisa é única, é rara. E naquilo que dizem aqui — e eu folgo em dizê-lo para os colegas que aqui estão — eu percebo em cada um deles aquele desejo sincero de tentar mudar alguma coisa neste País. Tenho percebido, aqui entre os colegas da Subcomissão uma independência muito grande em relação até aos Partidos políticos a que pertencem — e eu penso dessa maneira. Acho realmente um privilégio este de ser relator de uma Subcomissão de tal importância, e tenho que jogar em aberto aqui com os meus colegas, aproveitando a oportunidade. Tenho um pensamento muito definido sobre os Partidos políticos. Acho que esse sistema, essa legislação que aí está é draconiana. Ela não facilita, ela só dificulta o Partido político que tem a obrigatoriedade de se organizar em nove Estados e em 20% dos municípios desses nove Estados, e só quem dispõe de um grande poderio econômico poderá pensar em organizar partidos políticos, hoje, no País.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, Luiz Soyer, de Goiás, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, voltando um pouco, apenas a título de relembrar, nós temos que o art. 17 do Regimento Interno diz:

“O relator, na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados, nos termos do estabelecido no Regimento, devendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria.”

Feito isto, o anteprojeto será distribuído em avulso aos demais membros da Subcomissão para, no prazo de 5 dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas — “é a fase das emendas”. Encerrada a discussão, o relator terá 72 (setenta e duas) horas para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o anteprojeto, submetidos à votação.”

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — É o que diz o art. 17.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — “As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser reapresentadas nas demais fases da elaboração da Constituição.” Quer dizer que não há a possibilidade de cercear o direito de discutir. Tudo isto é praticamente inexistente.

Com relação ao assunto que V. Ex.^a dizia aí, apenas como conversas soltas — por assim dizer — nós temos que também pensar na existência de “partidos de alugueis”, que também tem ocorrido muito. Às vezes a pessoa tenta numa convenção, não consegue passar e funda um partido só para poder, simplesmente, passar pela eleição e acabou — são como verdadeiros “partidos de alugueis”. Isto, também, é um outro aspecto que nós temos que analisar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rossi) — É um outro aspecto, mas que se insere nesse contexto, porque se tivermos uma legislação que coíba os abusos de que tanto se fala, no abuso do poder econômico e, também, num outro que acho que é muito mais grave que é o abuso do poder político — que acaba gerando também os meios do abuso do poder econômico — não teríamos o que temer dos “partidos de aluguel”. Eu estava lendo, ontem, um trabalho publicado pela Câmara, ou pelo Senado, sobre as discussões havidas por ocasião da elaboração do anteprojeto pelo notável Professor Afonso Arinos, e alguém lembrava o sistema partidário espanhol, que me é muito simpático, pela facilidade que existe na Espanha, hoje, de se criarem

partidos políticos; mas, existe uma legislação lá também, que é muito rigorosa e que evita essa possibilidade de criação de Partidos, para que isto não se transforme em balcão de negócios. Então, o que falta, realmente, são dispositivos para se evitar esses abusos que nós sabemos que têm acontecido ao longo de todos esses anos, neste País.

Tenho a impressão de que é somente isto.

Algun dos Srs. Constituintes deseja se manifestar? (Pausa.)

Declaro, então, encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião, às 11 horas e 25 minutos.)

2.^a REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1987

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinqüenta minutos, na sala da Comissão de Agricultura, anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, sob a presidência do Constituinte José Tavares, com a presença dos Constituintes Arnaldo Martins, Asdrubal Bentes, Carlos Benevides, Daso Coimbra, Hélio Rosas, Raimundo Lira, Ricardo Fiuza, Nivaldo Machado, Ricardo Izar, Ottomar Pinto e José Genoíno. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e passou à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. A seguir, deu-se início ao expediente no qual foram discutidos a prorrogação dos prazos pré-fixados e audiências de entidades ligadas à subcomissão. Usaram a palavra, pela ordem, os Senhores Constituintes José Genoíno, Ricardo Izar, Nivaldo Machado, Hélio Rosas, Ottomar Pinto, Arnaldo Martins, Daso Coimbra e Ricardo Fiuza. O inteiro teor dos debates será publicado, após a tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às onze horas e trinta minutos, convocando os Senhores constituintes para a próxima reunião a ser realizada dia quatorze de abril, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: Metodologia das audiências públicas. E, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO A PRESENTE ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE DEFESA DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DE SUA SEGURANÇA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9:54 HORAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Inicialmente, agradeço a todos a presença. Devo dizer que o **quorum** é apenas para a abertura da reunião, vez que não temos número para deliberar.

Solicito ao Sr. Secretário faça a leitura da Ata da reunião anterior, a menos que alguns dos companheiros entenda ser desnecessário, para que possamos prosseguir os trabalhos.

(É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.)

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Companheiros, havíamos marcado para hoje esta sessão, em razão de